

diário de S. Paulo

Governo brasileiro evacua embaixada do Brasil em Damasco

Ministério das Relações Exteriores informou que a evacuação da Embaixada Brasileira na capital acontece pelas incertezas geradas desde a queda de Bashar al-Assad

P6

Palmeiras
Palmeiras avança em ajustes no elenco: Lázaro

Estima-se que 2024

Política

Moraes vota pela condenação de Roberto Jefferson por incitação ao crime

Ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou a favor da condenação do ex-deputado federal Roberto Jefferson, nesta segunda-feira (9). Jefferson é acusado de atentar ao exercício pleno dos direitos, calúnia, injúria e incitação ao crime. P3

Polícia

População em situação de rua atinge número recorde em São Paulo



Um censo de pessoas em situação de rua apontou um aumento significativo na capital paulista, atingindo quase 90 mil em novembro de 2023, o que representa um recorde de cerca de 25 mil em comparação ao mesmo período do ano anterior. P4

Economia

Estado de SP quer aumentar impostos em 300%; comer fora de casa ficará mais caro e restaurantes temem o pior

Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares do Estado de São Paulo (Fhoresp) corre contra o tempo para articular com o Governo do Estado a manutenção do regime especial de tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em vigência desde 1993. Há um risco de o segmento passar dos atuais 3,2% para 12% de taxa – ou seja, um aumento de 300%. P5

Economia

Estado de SP quer aumentar impostos em 300%; comer fora de casa ficará mais caro e restaurantes temem o pior

Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares do Estado de São Paulo (Fhoresp) corre contra o tempo para articular com o Governo do Estado a manutenção do regime especial de tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em vigência desde 1993. Há um risco de o segmento passar dos atuais 3,2% para 12% de taxa – ou seja, um aumento de 300%. P5

Santos
Santos faz proposta por Dudu, do Palmeiras

O Santos enviou uma proposta ao atacante Dudu, do Palmeiras. O documento chegou às mãos do jogador no último sábado. P13



Abandono de animais cresce no fim do ano

Brasil lança campanha de conscientização sobre o abandono responsável. P9



dia a dia

ECONOMIA

Estado de SP quer aumentar impostos em 300%; comer fora de casa ficará mais caro e restaurantes temem o pior

Governador Tarcísio de Freitas pretende derrubar benefício fiscal de bares e de restaurantes em vigor desde a gestão Fleury; com aumento de preços, empregos no setor também ficam em risco

Da Redação

A Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares do Estado de São Paulo (Fhoresp) corre contra o tempo para articular com o Governo do Estado a manutenção do regime especial de tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em vigência desde 1993. Há um risco de o segmento passar dos atuais 3,2% para 12% de taxa — ou seja, um aumento de 300%. Se considerados eventuais créditos apropriados, estudos preliminares da Federação mostram que a extinção do benefício resultaria em carga tributária efetiva de 9,6%. Segundo a Fhoresp, o setor que será impactado pelo aumento do ICMS representa, no estado de São Paulo, mais de 500 mil empresas ativas e um total de 1,4 milhão de empregos, entre formais e informais — 5,7% das ocupações totais da economia bandeirante. O reflexo sobre a taxa será instantâneo e de efeito "catastrófico", de acordo com o diretor-executivo da entidade, Edson Pinto, a começar pela redução de investimentos, pelo aumento da informalidade, pela queda na geração de postos de trabalho, além de inevitável aumento do preço-final (do consumidor) — logo, comer fora de casa ficará

mais caro. "A resposta de bares e de restaurantes ao cliente em decorrência da sobrecarga tributária será imediata, pois não temos mais gordura para tirar a diferença do caixa. Haverá um aumento, já em janeiro de 2025, de, pelo menos, 7% no custo da refeição em todo o Estado. Contudo, como o segmento vem segurando reajustes ao consumidor, de mais ou menos 14% de inflação nos alimentos, nos últimos quatro anos, pode ser que o aumento seja ainda maior a partir da queda do benefício", afirma.

O regime especial de tributação foi concedido ao setor em 1993, na gestão do então governador Luiz Antônio Fleury Filho, e teve sua renovação assegurada desde então, ano a ano. A validade do decreto que concede o benefício expira em 31/12/2024. Sem a continuidade do regime especial, São Paulo terá a maior taxa de ICMS do País no setor de Alimentação Fora de Casa: "O Governo do Estado quer acabar com uma ajuda que nos é concedida há 31 anos. Isso é um desafio, além de um risco para o segmento que mais gerou empregos em São Paulo em 2023. Muitas empresas, além de repassarem o prejuízo para o cardápio, fazendo com que quem coma fora de casa pague mais por isso, podem passar a demitir e até baixar as portas", lamenta Edson Pinto.

Governador se recusa a dialogar com setor

Procurado formalmente pela Fhoresp, via ofício, para tratar do tema, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) disse que não vai receber a entidade. Em paralelo, interlocutores do mandatário mandaram recado à Federação, dando conta de que o aumento na arrecadação já está até mesmo prevista na Lei Orçamentária enviada, recentemente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp). O diretor-executivo da Fhoresp alerta que a omissão do Estado resultará em "efeitos negativos sem precedentes à Economia", ao passo em que considera "grave e radical" a falta de diálogo por parte do chefe do Executivo paulista face ao assunto: "O fato de o governador (Tarcísio Gomes de Freitas) se recusar a receber e a dialogar com um setor do nosso tamanho, demonstra por parte dele radicalidade, bem como desconhecimento da nossa importância — algo preocupante e grave". Outro segmento que também defende a manutenção do regime especial de ICMS em São Paulo é representado pela Federação Nacional de Refeições Coletivas (Fenerc) e pela Associação Brasileira de Refeições Coletivas (Aberc). O setor é responsável pela emissão de tickets refeição e pelo abastecimento de merenda escolar e da alimentação oferecida em postos de saúde e em



O reflexo sobre a taxa será instantâneo e de efeito 'catastrófico', de acordo com o diretor-executivo da entidade, Edson Pinto

presídios. Caso o benefício fiscal em vigor desde 1993, de fato, seja extinto no estado, contratos desta natureza deverão sofrer incremento, custando ainda mais a empresas e aos cofres públicos contratantes: "A Fhoresp vai insistir até o fim deste ano na sensibilização do governo paulista para soluções que assegurem o acesso do cidadão à alimentação de qualidade com preços competitivos e, assim, evitar um desastre na Economia do setor", reforça o diretor-executivo da entidade.

Confira a alíquota atual de ICMS para restaurantes no país:

- São Paulo (SP) — 3,2%
- Rio de Janeiro (RJ) — 4%
- Minas Gerais (MG) — 3% a 3,2%
- Espírito Santo (ES) — 4%
- Paraná (PR) — 3,2%

- Santa Catarina (SC) — 3,2%
- Rio Grande do Sul (RS) — 3,2%
- Bahia (BA) — 4%
- Pernambuco (PE) — 4%
- Ceará (CE) — 4%
- Alagoas (AL) — 3% a 4%
- Rio Grande do Norte (RN) — 3% a 4%
- Paraíba (PB) — 4%
- Sergipe (SE) — 3% a 4%
- Maranhão (MA) — 4%
- Amazonas (AM) — 3%
- Pará (PA) — 4%
- Acre (AC) — 3% a 4%
- Rondônia (RO) — 4%
- Roraima (RR) — 3% a 4%
- Amapá (AP) — 4%
- Tocantins (TO) — 4%
- Mato Grosso (MT) — 3,2% a 4%
- Mato Grosso do Sul (MS) — 3% a 4%
- Goiás (GO) — 3,2%
- Distrito Federal (DF) — 3% a 4%



Estado de SP quer aumentar impostos em 300%; comer fora de casa ficará mais caro e restaurantes temem o pior

Governador Tarcísio de Freitas pretende derrubar benefício fiscal de bares e de restaurantes em vigor desde a gestão Fleury; com aumento de preços, empregos no setor também ficam em risco

A Federação de Hotéis, Restaurantes e Bares do Estado de São Paulo (Fhoresp) corre contra o tempo para articular com o Governo do Estado a manutenção do regime especial de tributação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), em vigência desde 1993. Há um risco de o segmento passar dos atuais 3,2% para 12% de taxaçaõ – ou seja, um aumento de 300%. Se considerados eventuais créditos apropriados, estudos preliminares da Federação mostram que a extinçaõ do benefício resultaria em carga tributária efetiva de 9,6%.



Segundo a Fhoresp, o setor que será impactado pelo aumento do ICMS representa, no estado de São Paulo, mais de 500 mil empresas ativas e um total de 1,4 milhão de empregos, entre formais e informais – 5,7% das ocupações totais da economia bandeirante.

O reflexo sobre a taxação será instantâneo e de efeito “catastrófico”, de acordo com o diretor-executivo da entidade, Edson Pinto, a começar pela redução de investimentos, pelo aumento da informalidade, pela queda na geração de postos de trabalho, além de inevitável aumento do preço-final (do consumidor) – logo, comer fora de casa ficará mais caro.



“A resposta de bares e de restaurantes ao cliente em decorrência da sobrecarga tributária será imediata, pois não temos mais gordura para tirar a diferença do caixa. Haverá um aumento, já em janeiro de 2025, de, pelo menos, 7% no custo da refeição em todo o Estado. Contudo, como o segmento vem segurando reajustes ao consumidor, de mais ou menos 14% de inflação nos alimentos, nos últimos quatro anos, pode ser que o aumento seja ainda maior a partir da queda do benefício”, afirma.

O regime especial de tributação foi concedido ao setor em 1993, na gestão do então governador Luiz Antônio Fleury Filho, e teve sua renovação assegurada desde então, ano a ano. A validade do decreto que concede o benefício expira em 31/12/2024.



Sem a continuidade do regime especial, São Paulo terá a maior taxa de ICMS do País no setor de Alimentação Fora de Casa: “O Governo do Estado quer acabar com uma ajuda que nos é concedida há 31 anos. Isso é um desaforo, além de um risco para o segmento que mais gerou empregos em São Paulo em 2023. Muitas empresas, além de repassarem o prejuízo para o cardápio, fazendo com que quem coma fora de casa pague mais por isso, podem passar a demitir e até baixar as portas”, lamenta Edson Pinto.

Governador se recusa a dialogar com setor

Procurado formalmente pela Fhoresp, via ofício, para tratar do tema, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) disse que não vai receber a entidade.



Em paralelo, interlocutores do mandatário mandaram recado à Federação, dando conta de que o aumento na arrecadação já está até mesmo prevista na Lei Orçamentária enviada, recentemente, à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp).

O diretor-executivo da Fhoresp alerta que a omissão do Estado resultará em “efeitos negativos sem precedentes à Economia”, ao passo em que considera “grave e radical” a falta de diálogo por parte do chefe do Executivo paulista face ao assunto: “O fato de o governador (Tarcísio Gomes de Freitas) se recusar a receber e a dialogar com um setor do nosso tamanho, demonstra por parte dele radicalidade, bem como desconhecimento da nossa importância – algo preocupante e grave”.



Outro segmento que também defende a manutenção do regime especial de ICMS em São Paulo é representado pela Federação Nacional de Refeições Coletivas (Fenerc) e pela Associação Brasileira de Refeições Coletivas (Aberc). O setor é responsável pela emissão de tickets refeição e pelo abastecimento de merenda escolar e da alimentação oferecida em postos de saúde e em presídios.

Caso o benefício fiscal em vigor desde 1993, de fato, seja extinto no estado, contratos desta natureza deverão sofrer incremento, custando ainda mais a empresas e aos cofres públicos contratantes: “A Fhoresp vai insistir até o fim deste ano na sensibilização do governo paulista para soluções que assegurem o acesso do cidadão à alimentação de qualidade com preços competitivos e, assim, evitar um desastre na Economia do setor”, reforça o diretor-executivo da entidade.



Confira a alíquota atual de ICMS para restaurantes no país:

- São Paulo (SP) – 3,2%
- Rio de Janeiro (RJ) – 4%
- Minas Gerais (MG) – 3% a 3,2%
- Espírito Santo (ES) – 4%
- Paraná (PR) – 3,2%
- Santa Catarina (SC) – 3,2%
- Rio Grande do Sul (RS) – 3,2%
- Bahia (BA) – 4%
- Pernambuco (PE) – 4%
- Ceará (CE) – 4%
- Alagoas (AL) – 3% a 4%
- Rio Grande do Norte (RN) – 3% a 4%
- Paraíba (PB) – 4%
- Sergipe (SE) – 3% a 4%
- Maranhão (MA) – 4%
- Amazonas (AM) – 3%
- Pará (PA) – 4%
- Acre (AC) – 3% a 4%
- Rondônia (RO) – 4%
- Roraima (RR) – 3% a 4%
- Amapá (AP) – 4%
- Tocantins (TO) – 4%
- Mato Grosso (MT) – 3,2% a 4%
- Mato Grosso do Sul (MS) – 3% a 4%
- Goiás (GO) – 3,2%
- Distrito Federal (DF) – 3% a 4%

